MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
51
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
5.315

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Federação da Rússia,
doravante denominados Partes,

Considerando o desenvolvimento das relações entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia com base na confiança mútua e na cooperação;

Notando que progresso considerável tem sido alcançado no desenvolvimento e na aplicação das mais recentes tecnologias da informação e meios de comunicação;

Expressando preocupação com as ameaças advindas do possível uso de tais tecnologias e meios para propósitos inconsistentes com os objetivos de manutenção da paz, da segurança e da estabilidade internacionais nas esferas civil e militar;

Atribuindo grande importância à segurança internacional da informação e da comunicação como um dos elementos-chave do sistema de segurança internacional;

Considerando o importante papel da segurança da informação e da comunicação para assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais;

Considerando as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas intituladas "Desenvolvimentos no campo da informação e das telecomunicações no contexto da segurança internacional";

Esforçando-se para enfrentar as ameaças à segurança internacional da informação e da comunicação, para assegurar os interesses das Partes relativos à segurança da informação e da comunicação e para criar um ambiente internacional de informação de paz, cooperação e harmonia;

Desejando estabelecer um arcabouço legal e institucional para cooperação entre as Partes no campo da segurança internacional da informação e da comunicação, e enfatizando a importância de tal cooperação para a continuidade do desenvolvimento de parceria bilateral estratégica,

Acordam o que se segue:

Artigo 1
Terminologia

1. Para o propósito da interação entre as Partes na implementação deste Acordo, os termos básicos a serem utilizados estão listados no Anexo, que constitui parte integral do presente Acordo.

2. O Anexo pode, se necessário, ser ampliado, emendado e atualizado conforme entendimento entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 2
Ameaças Principais no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação

As Partes cooperarão no âmbito deste Acordo, levando em consideração as seguintes ameaças principais à segurança internacional da informação e da comunicação:

1) uso dos meios e tecnologias da informação e da comunicação em conflitos internacionais com propósitos hostis nos campos militar e civil, incluindo danos a infraestruturas críticas;

2) uso dos meios e tecnologias da informação e da comunicação com propósitos e em atividades terroristas;

3) uso dos meio e tecnologias da informação e da comunicação com propósitos e em atividades criminosas;

4) uso de posição dominante no campo dos meios e tecnologias da informação e das comunicações em detrimento dos interesses e da segurança de outros Estados;

5) desastres naturais ou falhas tecnológicas que afetem a operação segura e estável das infraestruturas globais e nacionais de informação e de comunicação.

Artigo 3
Áreas Principais de Cooperação

As Partes cooperarão com base no presente Acordo nas seguintes áreas principais:

1) identificar, coordenar e implementar medidas conjuntas necessárias para assegurar a segurança internacional da informação e da comunicação;

2) estabelecer um arcabouço de cooperação para evitar, detectar, tratar e responder às ameaças mencionadas no Artigo 2 do presente Acordo;

3) realizar estudo, pesquisa e avaliação no campo da segurança da informação e da comunicação, incluindo a cooperação técnica e científica entre as Partes;

4) promover coordenação em diferentes foros de governança da Internet, em temas relacionados à segurança da informação e da comunicação;

5) assegurar a segurança da informação e da comunicação de infraestruturas críticas nacionais;

6) elaborar e implementar políticas coordenadas para o uso de assinatura digital e proteção da informação nas trocas internacionais de informação;

7) compartilhar informação a respeito da legislação da República Federativa do Brasil e da legislação da Federação da Rússia relativa à segurança da informação e da comunicação;

8) desenvolver e aperfeiçoar a base legal internacional e mecanismos práticos para cooperação entre as Partes no fortalecimento da segurança internacional da informação e da comunicação;

9) interagir no âmbito das organizações e dos foros internacionais em temas relativos à segurança internacional da informação e da comunicação;

10) compartilhar experiência, treinar especialistas, realizar reuniões de trabalho, conferências, seminários e outros foros de representantes autorizados e especialistas das Partes no campo da segurança da informação e da comunicação.

As Partes podem determinar outras áreas de cooperação por consentimento mútuo.

Artigo 4
Princípios Gerais de Cooperação

1. As Partes cooperarão no âmbito do presente Acordo para contribuir para o desenvolvimento econômico e social e para manter a paz e a segurança internacionais, de acordo com princípios geralmente reconhecidos e normas do direito internacional, incluindo os princípios da solução pacífica de controvérsias, do não-uso da força, da não-interferência em assuntos internos, do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

2. Cada Parte terá direitos iguais de proteger os recursos de informação e as infraestruturas críticas de seus Estados das ameaças mencionadas no Artigo 2 do presente Acordo.

Artigo 5
Implementação

1. Após sessenta dias da entrada em vigor do presente Acordo, as Partes trocarão informações relativas às autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia responsáveis pela implementação do presente Acordo e aos canais de intercâmbio direto de informação sobre áreas específicas de cooperação.

2. Com vistas a examinar a implementação do presente Acordo, a possibilitar o intercâmbio de informação, a análise e a avaliação conjunta das novas ameaças à segurança da informação e da comunicação, bem como a determinar, acordar e coordenar medidas de resposta conjuntas, as Partes deverão manter consultas regulares entre os representantes autorizados e as autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia (doravante - consultas).

3. Consultas regulares serão realizadas duas vezes ao ano na República Federativa do Brasil e na Federação da Rússia em caráter rotativo.

4. Qualquer Parte poderá propor consultas adicionais e sugerir data, lugar e agenda.

5. As Partes poderão estabelecer interação prática em áreas específicas de cooperação possibilitada pelo presente Acordo, por meio das autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, responsáveis por implementar este Acordo.

6. Com vistas a regulamentar a cooperação em modalidades específicas, as autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia poderão concluir os ajustes complementares apropriados.

Artigo 6
Proteção da Informação

1. O presente Acordo não obriga as Partes a fornecer informações no contexto da cooperação nos termos do presente Acordo e não respalda a transferência de tais informações caso sua divulgação possa ser nociva aos interesses nacionais.
2. Os procedimentos para proteção das informações classificadas que possam ser consideradas necessárias em certos casos para a implementação do presente Acordo deverão ser reguladas em conformidade com os acordos relevantes firmados entre as Partes.

3. As informações transferidas ou geradas no curso da cooperação no âmbito do presente Acordo não serão divulgadas ou transferidas sem o consentimento por escrito da Parte que originou as informações.

Artigo 7
Recurso Financeiros e Outros Recursos

1. As Partes assumirão, independentemente, os custos da participação de seus respectivos representantes e especialistas nas atividades relativas à implementação do presente Acordo.

2. As Partes poderão acordar outros procedimentos de custeio, em cada caso particular, conforme a legislação da República Federativa do Brasil e a legislação da Federação da Rússia.

3. Todas as atividades realizadas no contexto do presente Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros, humanos e outros recursos apropriados de cada Parte.

Artigo 8
Relação com Outros Tratados Internacionais e com a Legislação Nacional

1. O presente Acordo não afetará direitos e obrigações das Partes advindos de outros tratados internacionais dos quais seus respectivos Estados sejam parte.

2. Todas as atividades realizadas no âmbito do presente Acordo estarão sujeitas às leis e regulamentos nacionais em vigor para cada Parte.

Artigo 9
Solução de Controvérsias

Controvérsias que possam surgir entre as Partes sobre a interpretação ou a aplicação do presente Acordo serão solucionadas por meio de negociações e consultas entre as autoridades competentes e, se necessário, por via diplomática.

Artigo 10
Idiomas de Trabalho

Os idiomas de trabalho para cooperação no âmbito do presente Acordo serão o português, o russo e o inglês.

Artigo 11
Entrada em Vigor, Duração, Término e Emendas

1. O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data de recebimento, por via diplomática, da última notificação por escrito de que foram cumpridos pelas Partes os respectivos procedimentos internos necessários para sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo permanecerá em vigor por período indeterminado.

3. O presente Acordo poderá ser emendado, a qualquer tempo, por consentimento escrito de ambas as Partes, que será formalizado por via diplomática. A entrada em vigor das emendas ao presente Acordo estará sujeita ao mesmo procedimento para a entrada em vigor deste Acordo.

4. O presente Acordo poderá ser denunciado noventa dias após o recebimento, a qualquer tempo, por uma Parte, por via diplomática, de notificação por escrito da outra Parte de sua intenção de denunciar o Acordo.

5. Em caso de denúncia do presente Acordo, as Partes continuarão vinculadas às disposições do Artigo 6, com respeito a quaisquer informações obtidas no âmbito do presente Acordo. A denúncia não afetará a implementação das atividades de cooperação realizadas no âmbito do presente Acordo e não completadas no momento de sua denúncia, a não ser que as Partes acordem de outra forma.

Feito em Moscou, em 14 de maio de 2010, em duplicata, nos idiomas português, russo e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação das disposições do presente Acordo, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

Nikolai Patrushchev
Secretário do Conselho de Segurança

ANEXO ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação

LISTA DE TERMOS BÁSICOS NO CAMPO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO" – PROTEÇÃO DO INDIVÍDUO, DA SOCIEDADE, DO ESTADO E DE SEUS INTERESSES CONTRA AMEAÇAS POTENCIAIS E EXISTENTES NO CAMPO DOS MEIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, INCLUINDO MEDIDAS PARA ASSEGURAR DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE, CONFIDENCIALIDADE E AUTENTICIDADE DA INFORMAÇÃO

1. Segurança da informação e da comunicação – proteção do indivíduo, da sociedade, do Estado e de seus interesses contra ameaças potenciais e existentes no campo dos meios e tecnologias da informação e da comunicação, incluindo medidas para assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação.

2. Ameaça à segurança da informação e da comunicação – fatores que representam ameaça ao indivíduo, à sociedade, ao Estado e aos seus interesses relativa aos meios e tecnologias da informação e da comunicação.

3. Infraestrutura da informação e da comunicação – conjunto de meios técnicos, sistemas, instalações e pessoal envolvidos na geração, desenvolvimento, transformação, transmissão, uso e armazenamento de informação.

4. Recursos de informação – infraestrutura da informação, bem como a informação em si e seus fluxos.

5. Infraestruturas críticas – instalações físicas, sistemas, serviços e instituições cujo dano ou destruição causará sério impacto à ordem social, econômica e política ou à segurança nacional.

6. Segurança internacional da informação e da comunicação – ambiente de relações internacionais que rechaça a violação da estabilidade mundial e as ameaças à segurança dos Estados e da comunidade mundial no campo dos meios e tecnologias da informação e da comunicação.

СОГЛАШЕНИЕ
между Правительством Федеративной Республики Бразилии и Правительством Российской Федерации о сотрудничестве в области обеспечения международной информационной и коммуникационной безопасности

Правительство Федеративной Республики Бразилии

и

Правительство Российской Федерации,
далее именуемые Сторонами,

учитывая развитие отношений между Федеративной Республикой Бразилией и Российской Федерацией на основе взаимного доверия и сотрудничества,

отмечая, что в развитии и внедрении новейших информационно-коммуникационных технологий и средств коммуникаций достигнут значительный прогресс,

выражая озабоченность угрозами, связанными с возможностями использования таких технологий и средств как в гражданской, так и в военной сферах в целях, не совместимых с задачами поддержания международного мира, безопасности и стабильности,

придавая важное значение международной информационной и коммуникационной безопасности как одному из ключевых элементов системы международной безопасности,

принимая во внимание важную роль информационной и коммуникационной безопасности в обеспечении прав и основных свобод человека и гражданина,

учитывая резолюции Генеральной Ассамблеи ООН «Достижения в сфере информатизации и телекоммуникаций в контексте международной безопасности»,

стремясь противостоять угрозам международной информационной и коммуникационной безопасности, обеспечить интересы информационной и коммуникационной безопасности Сторон и способствовать созданию международной информационной среды, для которой характерны мир, сотрудничество и гармония,

желая создать правовые и организационные основы сотрудничества Сторон в области обеспечения международной информационной и коммуникационной безопасности и подчеркивая важность такого сотрудничества для дальнейшего развития двустороннего стратегического партнерства,

согласились о нижеследующем:

Статья 1
Терминология

1. Для целей взаимодействия Сторон в ходе выполнения настоящего Соглашения используются основные понятия, перечень которых приведен в Приложении, являющемся неотъемлемой частью настоящего Соглашения.

2. Приложение может по мере необходимости дополняться, уточняться и обновляться по согласованию Сторон по дипломатическим каналам.

Статья 2
Основные угрозы в области обеспечения международной информационной и коммуникационной безопасности

Реализуя сотрудничество в соответствии с настоящим Соглашением, Стороны исходят из наличия следующих основных угроз в области обеспечения международной информационной и коммуникационной безопасности:

1) использование информационных и коммуникационных средств и технологий в международных конфликтах во враждебных целях как в гражданской, так и в военной сферах, включая выведение из строя критически важных инфраструктур;

2) использование информационных и коммуникационных средств и технологий для осуществления террористической деятельности и в террористических целях;

3) использование информационных и коммуникационных средств и технологий для осуществления преступной деятельности и в преступных целях;

4) использование доминирующего положения в сфере информационных и коммуникационных средств и технологий в ущерб интересам и безопасности других государств;

5) стихийные бедствия и технологические аварии, влияющие на безопасное и стабильное функционирование глобальных и национальных информационных и коммуникационных инфраструктур.

Статья 3
Основные направления сотрудничества

В соответствии с настоящим Соглашением, Стороны осуществляют сотрудничество по следующим основным направлениям:

1) определение, согласование и осуществление необходимых совместных мер в области обеспечения международной информационной и коммуникационной безопасности;
2) создание совместной структуры предупреждения, обнаружения, устранения и реагирования на угрозы, указанные в статье 2 настоящего Соглашения;

3) проведение экспертиз, исследований и оценок в области обеспечения информационной и коммуникационной безопасности, включая техническое и научное сотрудничество между Сторонами;

4) развитие взаимодействия в рамках форумов по управлению Интернетом по вопросам, связанным с информационной и коммуникационной безопасностью;

5) обеспечение информационной и коммуникационной безопасности национальных критически важных инфраструктур;

6) разработка и осуществление согласованной политики по вопросу использования электронной цифровой подписи и защиты информации в ходе международного информационного обмена;

7) обмен информацией о законодательстве Федеративной Республики Бразилии и законодательстве Российской Федерации по вопросам, связанным с обеспечением информационной и коммуникационной безопасности;

8) развитие и совершенствование международно-правовой базы и практических механизмов сотрудничества Сторон в укреплении международной информационной и коммуникационной безопасности;

9) взаимодействие в рамках международных организаций и форумов по проблемам обеспечения международной информационной и коммуникационной безопасности;

10) обмен опытом, подготовка специалистов, проведение рабочих встреч, конференций, семинаров и других форумов уполномоченных представителей и экспертов Сторон в области информационной и коммуникационной безопасности.

Стороны могут по взаимной договоренности определять другие направления сотрудничества.

Статья 4
Общие принципы сотрудничества

1. Стороны осуществляют сотрудничество в рамках настоящего Соглашения таким образом, чтобы эта деятельность способствовала социальному и экономическому развитию и поддержанию международного мира и безопасности, соответствовала общепризнанным принципам и нормам международного права, включая принципы мирного урегулирования споров, неприменения силы, невмешательства во внутренние дела, уважения прав и основных свобод человека.

2. Каждая Сторона имеет равные права на защиту информационных ресурсов и критически важных инфраструктур своего государства от угроз, указанных в статье 2 настоящего Соглашения.

Статья 5
Реализация

1. В течение шестидесяти дней с даты вступления настоящего Соглашения в силу Стороны обменяются данными о компетентных органах Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации, ответственных за реализацию настоящего Соглашения, и каналах прямого обмена информацией по конкретным направлениям сотрудничества.

2. В целях рассмотрения хода выполнения настоящего Соглашения, обмена информацией, анализа и совместной оценки возникающих угроз информационной и коммуникационной безопасности, а также определения, согласования и координации совместных мер реагирования, Стороны проводят на регулярной основе консультации своих уполномоченных представителей и компетентных органов Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации (далее - консультации).

3. Очередные консультации проводятся, как правило, два раза в год, в Федеративной Республике Бразилии и в Российской Федерации на основе ротации.

4. Любая из Сторон может предложить проведение дополнительных консультаций с указанием сроков, места проведения, а также повестки дня.

5. Практическое взаимодействие по конкретным направлениям сотрудничества, предусмотренным настоящим Соглашением, может осуществляться компетентными органами Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации, ответственными за его реализацию.

6. В целях регулирования сотрудничества по конкретным направлениям компетентные органы Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации могут заключать соответствующие дополнительные соглашения.

Статья 6
Защита информации

1. Настоящее Соглашение не налагает на Стороны обязательств по предоставлению информации в рамках сотрудничества в соответствии с настоящим Соглашением и не является основанием для передачи информации в рамках этого сотрудничества, если раскрытие такой информации может нанести ущерб национальным интересам.

2. Меры по защите секретной информации, передача которой в конкретных случаях может считаться необходимой для целей исполнения настоящего Соглашения, регулируются соответствующими договорами, подписанными Сторонами.

3. Информация, передаваемая или созданная в ходе сотрудничества в рамках настоящего Соглашения, не раскрывается и не передается без письменного согласия Стороны, являющейся источником такой информации.

Статья 7
Финансовые и другие ресурсы

1. Стороны самостоятельно несут расходы по участию их представителей и экспертов в мероприятиях, связанных с исполнением настоящего Соглашения.

2. Стороны могут согласовывать иной порядок финансирования в каждом отдельном случае в соответствии с законодательством Федеративной Республики Бразилии и законодательством Российской Федерации.

3. Все мероприятия в рамках настоящего Соглашения проводятся при наличии соответствующих финансовых, кадровых и других ресурсов каждой из Сторон.

Статья 8
Отношение к другим международным договорам и национальному законодательству

1. Настоящее Соглашение не затрагивает прав и обязательств Сторон по другим международным договорам, участниками которых являются их государства.

2. Вся деятельность в рамках настоящего Соглашения осуществляется в соответствии с национальным законодательством и нормативно-правовыми актами, действующими для каждой из Сторон.

Статья 9
Разрешение споров

Стороны решают спорные вопросы, которые могут возникнуть в связи с толкованием или применением положений настоящего Соглашения, путем переговоров и консультаций между компетентными органами и, в случае необходимости, по дипломатическим каналам.

Статья 10
Рабочие языки

Рабочими языками при осуществлении сотрудничества в рамках настоящего Соглашения являются португальский, русский и английский языки.

Статья 11
Вступление в силу, срок действия, прекращение действия и поправки

1. Настоящее Соглашение вступает в силу на тридцатый день с даты получения по дипломатическим каналам последнего письменного уведомления о выполнении Сторонами внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

2. Настоящее Соглашение заключается на неопределенный срок.

3. В настоящее Соглашение могут быть в любое время внесены изменения на основе письменного согласия обеих Сторон, которые будут оформлены по дипломатическим каналам. Вступление в силу изменений, внесенных в настоящее Соглашение, должно быть оформлено на основе такой же процедуры, как при вступлении в силу настоящего Соглашения.

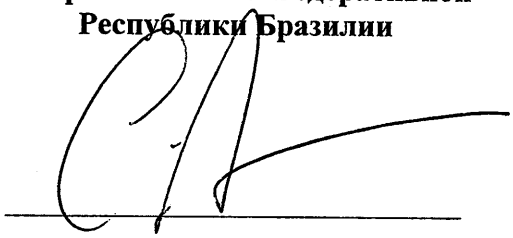
4. Действие настоящего Соглашения может быть прекращено по истечении девяноста дней после получения в любое время одной из Сторон по дипломатическим

каналам письменного уведомления другой Стороны о ее намерении прекратить действие Соглашения.

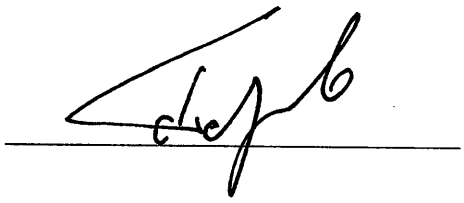
5. В случае прекращения действия настоящего Соглашения для Сторон остаются обязательными положения статьи 6 в отношении любой информации, полученной в соответствии с Соглашением. Прекращение действия настоящего Соглашения не должно препятствовать осуществлению совместной деятельности в рамках настоящего Соглашения, не завершенной к моменту прекращения его действия, если только это не происходит в результате договоренности обеих Сторон.

Совершено в г. Москве 14 мая 2010 г. в двух экземплярах, каждый на португальском, русском и английском языках, причем все тексты имеют одинаковую силу. В случае разногласий в толковании положений настоящего Соглашения предпочтение отдается тексту на английском языке.

За Правительство Федеративной Республики Бразилии



За Правительство Российской Федерации



ПРИЛОЖЕНИЕ
к Соглашению между Правительством Российской Федерации
и Правительством Федеративной Республики Бразилии
о сотрудничестве в области обеспечения международной
информационной и коммуникационной безопасности

П Е Р Е Ч Е Н Ь
основных понятий в области обеспечения
международной информационной и коммуникационной безопасности

1. Информационная и коммуникационная безопасность – состояние защищенности личности, общества, государства и их интересов от существующих и потенциальных угроз в сфере информационных и коммуникационных средств и технологий, включая меры, направленные на обеспечение доступности, целостности, конфиденциальности и подлинности информации.

2. Угроза информационной и коммуникационной безопасности – факторы, создающие опасность для личности, общества, государства и их интересов в сфере информационных и коммуникационных средств и технологий.

3. Информационная и коммуникационная инфраструктура – совокупность технических средств, систем, объектов и персонала, вовлеченных в формирование, создание, преобразование, передачу, использование и хранение информации.

4. Информационные ресурсы – информационная инфраструктура, а также собственно информация и ее потоки.

5. Критически важные инфраструктуры – объекты, системы, службы и институты, разрушение или выведение из строя которых может нанести серьезный ущерб социальному, экономическому или политическому порядку или национальной безопасности.

6. Международная информационная и коммуникационная безопасность – состояние международных отношений, исключающее нарушение мировой стабильности и создание угрозы безопасности государств и мирового сообщества в сфере информационных и коммуникационных средств и технологий.

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION ON COOPERATION IN THE FIELD OF INTERNATIONAL INFORMATION AND COMMUNICATION SECURITY

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Russian Federation,
hereinafter referred to as the Parties,

Considering the development of the relations between the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation on the basis of mutual trust and cooperation,

Noting that considerable progress has been achieved in developing and applying the latest information technologies and means of communication,

Expressing concern about the threats posed by possible use of such technologies and means for the purposes that are inconsistent with the objectives of maintaining international peace, security and stability in both civil and military spheres,

Attaching great importance to international information and communication security as one of key elements of the system of international security,

Considering the important role of information and communication security in ensuring human rights and fundamental freedoms,

Considering the resolutions of the United Nations General Assembly entitled "Developments in the field of information and telecommunications in the context of international security",

Striving to address international information and communication information security threats, ensure the information and communication security interests of the Parties and create an international information environment of peace, cooperation and harmony,

Wishing to establish a legal and organizational framework for cooperation between the Parties in the field of international information and communication security, and stressing the importance of such cooperation for further development of bilateral strategic partnership,

Have agreed as follows:

Article 1
Terminology

1. For the purpose of interaction between the Parties in the implementation of this Agreement, the basic terms to be used are listed in the Annex, which is an integral part of this Agreement.

2. The Annex may, as necessary, be supplemented, amended and updated as agreed by the Parties through diplomatic channels.

Article 2
Main Threats in the Field of International Information and Communication Security

The Parties shall cooperate under this Agreement taking into account the following main threats to international information and communication security:

1) use of information and communication means and technologies in international conflicts for hostile purposes both in civil and military fields, including disruption of critical infrastructures;

2) use of information and communication means and technologies for terrorist purposes and activities;

3) use of information and communication means and technologies for criminal purposes and activities;

4) use of the dominant position in the field of information and communication means and technologies to the detriment of the interests and security of other States;

5) natural disasters or technological failures affecting the secure and stable operation of global and national information and communication infrastructures.

Article 3
Main Areas of Cooperation

The Parties shall cooperate under this Agreement in the following main areas:

1) identifying, coordinating and implementing necessary joint measures to ensure international information and communication security;

2) establishing a cooperative framework to prevent, detect, treat and respond to the threats mentioned in Article 2 of the present Agreement;

3) conducting examination, research and assessment in the field of information and communication security including technical and scientific cooperation between the Parties;

4) promoting coordination in Internet governance fora on issues related to information and communication security;

5) ensuring information and communication security of national critical infrastructures;

6) elaborating and implementing coordinated policies for using digital signature and information protection in international information exchange;

7) exchanging information on the legislation of the Federative Republic of Brazil and on the legislation of the Russian Federation related to information and communication security;

8) developing and improving the international legal basis and practical mechanisms for cooperation between the Parties in strengthening international information and communication security;

9) interacting within the framework of international organizations and fora on the issues concerning international information and communication security;

10) exchanging experience, training specialists, holding working meetings, conferences, seminars and other fora of authorized representatives and experts of the Parties in the field of information and communication security.

The Parties may determine other areas of cooperation by mutual agreement.

Article 4
General Principles of Cooperation

1. The Parties shall cooperate within the framework of the present Agreement to contribute to social and economic development and maintain international peace and security, according to generally recognized principles and norms of international law, including the principles of peaceful settlement of disputes, non-use of force, non-interference in internal affairs, respect for human rights and fundamental freedoms.

2. Each Party shall have equal rights to protect the information resources and critical infrastructures of their States from the threats mentioned in Article 2 of the present Agreement.

Article 5
Implementation

1. Within sixty days after the date on which the present Agreement has entered into force, the Parties shall exchange data on the competent authorities of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation responsible for implementing the present Agreement and on channels of direct information exchange on specific areas of cooperation.

2. In order to review the implementation of the present Agreement, arrange for information exchange, analysis and joint assessment of emerging threats to information and communication security, as well as to determine, agree and coordinate joint response measures, the Parties shall hold regular consultations between their authorized representatives and competent authorities of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation (hereinafter – consultations).

3. Regular consultations shall be usually held twice a year in the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation on a rotation basis.

4. Either Party may propose additional consultations and suggest dates, venue and agenda.

5. The Parties may engage in practical interaction in specific areas of cooperation provided for by the present Agreement through the competent authorities of the Russian Federation and the Federative Republic of Brazil responsible for implementing this Agreement.

6. In order to regulate cooperation in specific areas, the competent authorities of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation may conclude appropriate additional agreements.

Article 6
Protection of Information

1. The present Agreement shall not oblige the Parties to provide information within the framework of cooperation in accordance with the present Agreement and shall not provide basis for transferring information within the framework of this cooperation if the disclosure of such information might damage national interests.

2. The procedures for protecting classified information that may be considered necessary in certain cases for the implementation of the present Agreement shall be regulated subject to the relevant agreements signed between the Parties.

3. The information transferred or generated in the course of cooperation within the framework of the present Agreement shall not be disclosed or transferred without the written consent of the Party that originated this information.

Article 7
Financial and Other Resources

1. The Parties shall independently bear the costs of participation of their respective representatives and experts in activities related to the implementation of the present Agreement.

2. The Parties may agree upon other financial procedures in each particular case in accordance with the legislation of the Federative Republic of Brazil and the legislation of the Russian Federation.

3. All activities carried out under the present Agreement shall be subject to the availability of appropriate financial, human and other resources of each Party.

Article 8
Relationship to other International Treaties and National Legislation

1. The present Agreement shall not affect the rights and obligations of the Parties deriving from other international treaties to which their respective States are parties.

2. All activities carried out under the present Agreement shall be subject to the national laws and regulations in force for each Party.

Article 9
Settlement of Disputes

Disputes that may arise between the Parties out of interpretation or application of the provisions of the present Agreement shall be settled through negotiations and consultations between competent authorities and, if necessary, through diplomatic channels.

Article 10
Working Languages

The working languages for cooperation under the present Agreement shall be Russian, Portuguese and English.

Article 11
Entry into Force, Duration, Termination and Amendments

1. The present Agreement shall enter into force on the thirtieth day following the date of receiving, through diplomatic channels, the last written notification on the completion by the Parties of their respective domestic procedures necessary for its entry into force.

2. The present Agreement shall remain in force for an indefinite period of time.

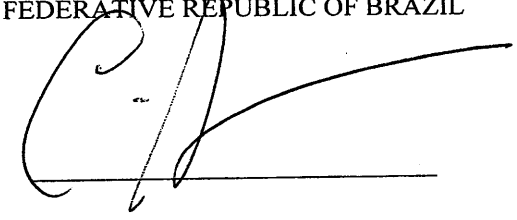
3. The present Agreement may be amended, at any time, by written consent of both Parties, which shall be formalized through diplomatic channels. The entry into force of amendments to the present Agreement shall be subject to the same procedure as for the entry into force of the Agreement.

4. The present Agreement may be terminated ninety days after the receipt, at any time, by one Party, through diplomatic channels, of a written notification from the other Party of its intention to terminate the Agreement.

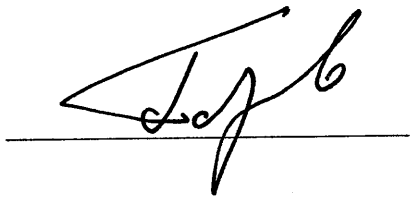
5. In case of termination of the present Agreement, the Parties shall remain bound by the provisions of Article 6 with respect to any information obtained under the Agreement. Termination shall not affect the implementation of cooperative activities carried out under the present Agreement and not completed upon its termination, unless otherwise agreed by both Parties.

Done at Moscow on May 14, 2010 in duplicate, each in the Portuguese, Russian and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation of the provisions of this Agreement, the text in the English language shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL



FOR THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION



ANNEX TO THE AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION ON COOPERATION IN THE FIELD OF INTERNATIONAL INFORMATION AND COMMUNICATION SECURITY

LIST OF BASIC TERMS IN THE FIELD OF INTERNATIONAL INFORMATION AND COMMUNICATION SECURITY

1. Information and communication security – protection of the individual, society, state and their interests from existing and potential threats in the field of information and communication means and technologies, including measures aimed at ensuring the availability, integrity, confidentiality and authenticity of information.

2. Information and communication security threat - factors which pose a threat to the individual, society, state and their interests in the field of information and communication means and technologies.

3. Information and communication infrastructure – array of technical means, systems, facilities and personnel involved in generating, developing, transforming, transmitting, using and storing information.

4. Information resources - information infrastructure, as well as information as such and its flows.

5. Critical infrastructures - physical facilities, systems, services and institutions, disruption or destruction of which will cause serious damage to social, economic and political order or national security.

6. International information and communication security - international relations environment which rules out violating world stability and threatening the security of states and world community in the field of information and communication means and technologies.